

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº 2018

(Do Sr. Paulo Teixeira)

Requer a realização de audiência pública para discutir financiamento da saúde, a partir da Portaria do Ministério da Saúde, nº 3992/2017.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvidos o Plenário, audiência pública para discutir Financiamento da Saúde a partir da Portaria MS/GM 3992/2017, que extinguiu os cinco blocos de financiamento da saúde.

Assim, em nome da Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento das DST/HIV/AIDS do solcito apoioamento para realização de Audiência Pública para esta discussão.

Para esta audiência sugerimos que sejam convidados:

Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Representante do Ministério da Saúde;

Representante da Secretaria do Tesouro Nacional;

Representante da Comissão de Financiamento do Conselho Nacional de Saúde;

Representante Rede Nacional de Pessoas Vivendo com AIDS (RNP+SP).

JUSTIFICATIVA

A Portaria MS/GM 3992/2017, extinguiu os cinco blocos de financiamento da saúde. A partir de sua publicação, o repasse de recursos do Ministério da Saúde a Estados, Municípios e ao Distrito Federal são realizados para as rubricas “custeio” e “bens de capital”.

Apesar de a Lei Complementar 141/2012 prever uma nova modalidade de repasse dos recursos da Saúde, sua mudança deveria ter sido respaldada por uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS). No entanto, por meio da Recomendação nº 6, de 10/03/2017, o CNS não corrobora com a decisão do Ministério. A Portaria em referência anuncia o fim dos blocos de financiamento do SUS, agravado pelo congelamento de investimentos implementados pela EC 95/2016, retirando recursos aplicados na saúde e prejudicando a manutenção e ampliação de ações de prevenção e assistência à

epidemia de Aids e Hepatites Virais, principalmente no momento em atinge populações historicamente excluídas e marginalizadas.

A política de incentivo é essencial para o enfrentamento da Aids no Brasil, uma vez que mantém discussões e ações nos estados e municípios prioritários, trazendo outros benefícios além do financeiro, este muitas vezes limitado e insuficiente. As alterações propostas no modelo de repasse impactam de forma direta na manutenção dos programas estaduais e municipais de Aids e Hepatites Virais e na maior desarticulação da resposta comunitária, potencializando o desmonte da resposta brasileira e incidindo num maior recrudescimento dessas epidemias.

Sala das sessões, de abril de 2018.

Deputado PAULO TEIXEIRA